

A ATUAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NOS CASOS COLÉGIO ELEITORAL E MENSALÃO: DAS ORIENTAÇÕES PARTIDÁRIAS AS PROPOSTAS INDIVIDUALIZADAS

Glauber Eduardo Cruz

Docente do Estado de Minas Gerais. Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em História & Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH).

E-mail: glauberduardoribeirocruz@gmail.com

A ATUAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NOS CASOS COLÉGIO ELEITORAL E MENSALÃO: DAS ORIENTAÇÕES PARTIDÁRIAS AS PROPOSTAS INDIVIDUALIZADAS

THE WORK OF THE PARTY OF THE WORKERS IN THE CASES ELECTORAL COLLEGE AND MONTHLY: FROM THE PARTICULAR GUIDELINES THE INDIVIDUALIZED PROPOSALS

Glauber Eduardo Cruz

RESUMO

O texto tem o objetivo de analisar como foi a atuação do Partido dos Trabalhadores nos casos Colégio Eleitoral e Mensalão, por meio das orientações partidárias e dos discursos dos parlamentares. As fontes utilizadas são as resoluções de encontros e congressos do PT e os discursos encontrados no Diário do Congresso Nacional, Diários da Câmara dos Deputados e Diários do Senado, disponíveis no site da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na perspectiva metodológica, o método da análise de discurso feito é baseado na construção de valores sociais por meio das linguagens políticas, dos atores e dos contextos históricos, linguísticos e políticos. Os discursos dos parlamentares e as orientações partidárias se alteram no conteúdo e na prática discursiva nos casos analisados: da crítica enfática ao pacto das elites e a não participação dos trabalhadores na transição política na década de 1980 às propostas individuais de cada parlamentar para a solução do Mensalão.

PALAVRAS-CHAVE: Colégio Eleitoral, Mensalão, Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

The text has the **objective** of analyzing how the work of the Worker's Party in the cases Electoral College and **Mensalão**, by means of the party orientations and the speeches of the parliamentarians. The sources used are the resolutions of meetings and congresses of the PT and the speeches found in the National Congress Daily, Camera Dairies of Deputies and the Federal Senate. In a methodological perspective, the method of discourse analysis done is based on the construction of social values through political languages, actors and historical, linguistic and political contexts. Parliamentary discourses and party orientations change in the content and discursive practice in cases analyzed: from the emphatic critique of the elites pact and the no participation of the workers in the political transition in the 1980 to the individual proposals of each parliamentarian for the solution of the **Mensalão**.

KEYWORDS: Electoral College, Monthly, Worker's Party.

O texto abaixo está estruturado em três partes: na primeira está a análise do Colégio Eleitoral, na segunda o caso Mensalão e na terceira uma reflexão em torno da atuação partidária nestes dois casos. O objetivo é compreender mudanças e permanências nos discursos dos parlamentares e nas resoluções dos encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores. Os discursos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT) localizados no Diário do Congresso Nacional (1983-1985), da Câmara dos Deputados (2005) e do Senado Federal (2005) e encontrados no site oficial da Câmara dos Deputados, as resoluções de encontros e congressos do partido e artigos do colunista Carlos Castello Branco serão as fontes utilizados no texto.

Os estudos sobre o Partido dos Trabalhadores são diversificados em relação ao tempo e à temática desenvolvida. Tentar classificá-los é ingenuidade diante da quantidade de trabalhos e das tentativas classificatórias já realizadas. De modo geral, as análises já feitas verificaram as seguintes premissas: a priorização do sindicalismo surgido na década de 1970 como argumento para a origem e para a formação do partido, Meneguello (1989) e Keck (1991); a existência no discurso das lideranças dos sindicalistas de debates diferenciados sobre a classe trabalhadora, Oliveira (1987); a existência de uma continuidade do PT como parte da esquerda política desde o fim do século XIX e começo do século XX com Guimarães (1990) e do século XX com Berbel (1991); o exame do PT por meio de conceitos como socialismo democrático, Brandão (2003), consciência de classe, Iasi (2006) e conquista do Estado, Martinez (2007); a perspectiva do estudo sobre o poder local com Costa (1998); a perspectiva da mudança, da moderação ou da transformação nos programas de governos por Amaral (2003), nas campanhas eleitorais por Ribeiro (2004B), na organização interna entre 1980 e 2005 por Ribeiro (2008) e entre 1995 e 2009 por Amaral (2010), nas tendências internas por Coelho (2005) e a influência da burguesa no PT e na sociedade brasileira por Pomar (2005).

As diferentes perspectivas mostram como os autores construíram análises sobre as continuidades e as mudanças no PT, as características internas e externas em relação à sociedade e a esquerda brasileira e os conceitos teóricos e políticos. Mas poucos se dispuseram a examinar o partido sob a ótica dos seus parlamentares, havendo lacunas sobre a atuação congressual e a relação entre a estrutura partidária e o mandato parlamentar. Os trabalhos de Ana Lúcia Aguiar Melo (1998), Paulo Roberto Figueira Leal (2005), e Sônia

Ranincheski, Nathália Cordeiro (2008) estão entre os poucos que têm como foco os deputados federais.

Assim, o texto busca contribuir para o estudo do Partido dos Trabalhadores por meio da atuação dos deputados federais e senadores e dos discursos proferidos no Congresso Nacional, nos casos do Colégio Eleitoral e do Mensalão. Os parlamentares estão localizados em um lugar de intervenção, de experiência, de aquisição de poder e de atuação política para o reconhecimento da sociedade, como atores capacitados a modificar a vida nacional.

Além dos discursos dos parlamentares, as fontes partidárias também foram importantes como referência bibliográfica e instrumento ideológico e político de unificação partidária, considerando alcances e limites, e destacando o uso direcionado para a definição da função do parlamentar no Partido dos Trabalhadores. Os escritos de Carlos Castello Branco estão localizados dentro do campo jornalístico brasileiro como jornalismo opinativo, por meio da ênfase na opinião em artigos, colunas assinadas e crítica política.¹

Na perspectiva metodológica, a análise de discurso foi o método escolhido para o exame das fontes utilizadas. A análise do discurso e do pensamento político são importantes para identificar as ações e os fatos que reagem ao passado, modificam o presente, e criam o futuro. Para se trabalhar com os discursos procura-se apresentá-los como atividade e continuidade de ação,² e mapeando-os em regularidades, em séries, em saberes, em temas e em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, as lutas políticas e as batalhas discursivas.³

Os primeiros anos de vida partidária foram importantes para o Partido dos Trabalhadores (PT) que buscava demarcar sua atuação na cena política nacional em meio às relações com os movimentos sociais e com partidos políticos, principalmente nas instituições políticas como o Legislativo – no caso do Colégio Eleitoral – tentando preencher e ocupar um espaço vazio na vida partidária política do país.

No 3º Encontro Nacional realizado entre os dias 6 e 8 de abril de 1984 na cidade de São Bernardo do Campo, o partido alertou para a necessidade de uma rápida resposta diante da situação política do país com as eleições livres e diretas, e na luta contra o Colégio

¹ Fernando Azevedo afirma que a tradição do campo jornalístico brasileiro era um jornalismo opinativo, com “uma forte ênfase na opinião expressa por meio de editoriais, artigos e colunas assinadas” (AZEVEDO, 2009, p. 221).

² Na perspectiva de J. G. A. Pocock (2003)

³ Para Durval Albuquerque Júnior (2009)

Eleitoral. Na perspectiva partidária, diante da limitação do Legislativo, era necessário estabelecer critérios norteadores na sua atuação e “lutar continuamente para que o Parlamento recupere suas prerrogativas políticas e sua independência diante do Executivo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 146).

Para o partido, o parlamentar petista não tinha privilégios, não era discriminado pelos militantes e atuava concretamente nos movimentos populares e sindicais e nas lutas dos trabalhadores. A atuação parlamentar estava subordinada às diretrizes gerais do PT, pois “as iniciativas e propostas políticas mais importantes dos parlamentares são de responsabilidade do partido, devendo ser discutidas, anteriormente, por seus órgãos de direção” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 165). Os parlamentares cumpriram três funções básicas no Legislativo brasileiro: “a sua intervenção política, no Parlamento, em favor dos trabalhadores; a sua atuação permanente em benefício dos movimentos populares dos quais ele é representante; e suas tarefas imprescindíveis na construção e no fortalecimento do PT” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 147).

Neste ponto, nas teses políticas defendidas pelo partido estavam: a questão internacional, a defesa dos interesses dos povos que lutam por sua libertação, a luta contra a política econômica e pelo fim do regime militar, a necessidade de reforma agrária no campo, a conquista de governos, a greve geral, o isolamento dos setores reacionários e conciliadores, e a luta pelas eleições livres e diretas em todos os níveis “por entendermos que só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 151). Por isso, a derrubada do regime militar e a frustração com as tentativas de conciliação, mostraram o PT favorável ao boicote do Colégio Eleitoral, considerado como espúrio e ilegítimo.

A atuação parlamentar foi valorizada pelo Partido dos Trabalhadores com a intenção de demarcar os limites da sua funcionalidade: consolidar o partido nacionalmente, ter autonomia parlamentar para a conquista dos “trabalhadores”, dos movimentos populares e do fortalecimento do PT, e travar luta contra os reacionários e os conservadores, que legitimaram o Colégio Eleitoral. Definir o Parlamento como espaço de luta política para expressar e oferecer sentido aos anseios sociais era importante para que o partido delimitasse sua atuação institucional em favor dos “trabalhadores” e repudiasse as decisões políticas dos gabinetes e das salas do poder.

Neste momento político de exigência das eleições diretas, o presidente João Figueiredo em declaração controversa, revelou clara e inequivocamente que “só existe uma oposição organizada à tese das eleições diretas para Presidente da República, à materialização desse sonho nacional. E essa oposição – quem diria – parte justamente do PDS”.⁴ Carlos Castello Branco⁵, afirmava que os candidatos pedessistas à presidente da República eram os maiores opositores a emenda de eleição direta e que “a coordenação do Presidente terminou e ele já não tem nomes a indicar. A convenção virou um salve-se quem puder. E os vetos à eleição direta decorrem de simples jogo de conveniências pessoais”.⁶ Para o jornalista, os interesses pessoais do presidente da República, dos candidatos e dos parlamentares do Partido Democrático Social (PDS) se sobressaíram e apoiar uma candidatura para as eleições diretas, caso houvesse consenso em torno de um candidato para o Executivo nacional. Para Eduardo Suplicy, a parte do PDS que insistiu na eleição do Presidente pelo Colégio Eleitoral não percebeu “que o povo está consciente de que este organismo eleitoral não representa a vontade popular. Trata-se de um Colégio Eleitoral cuja legitimidade é contestada pelo povo”.⁷

As concepções sobre o Colégio Eleitoral começaram a ficar visíveis no ano de 1983: uma, em torno das decisões entre o presidente da República, João Figueiredo e o PDS, procurando legitimá-lo, e outra, procurando descaracterizá-lo como instituição criada pelos militares, que não conseguiram representar a vontade “popular”.⁸ As reformas elaboradas e colocadas em prática pelo Governo Federal tiveram a intenção de assegurar a continuidade da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) como partido governista, nos estados e no Congresso Nacional, por meio de processos políticos escusos. Para a manutenção do partido do governo no poder eram necessárias as reformas na legislação eleitoral, em uma combinação entre força e eleição, deslegitimando os políticos eleitos e menosprezando as instituições políticas como meros instrumentos existentes para satisfazer as vontades e os interesses do regime militar.

⁴Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 154, 18/11/1983, p. 12867. Para Gláucio Ary Dillon Soares, “as eleições indiretas estão contribuindo para um rápido desgaste eleitoral do PDS que significaria que o ‘presidente biônico’, escolhido indiretamente, teria que governar em minoria no Congresso” (SOARES, 1984, p. 59).

⁵Repórter político desde 1949 e colunista político entre os anos de 1963 e 1993.

⁶A caminho da eleição direta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18/11/1983.

⁷Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 156, 22/11/1983, p. 13034.

⁸Duas interpretações sobre o Colégio Eleitoral são importantes porque tanto Dillon Soares como cientista político quanto o jornalista Carlos Castello Branco como colunista diário que transitou próximo ao Poder Executivo detectaram a situação casuística deste evento: Gláucio Ary Dillon Soares (1984) e Carlos Castello Branco, Os problemas da abrilada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/4/1977.

A Lei Falcão, o Pacote de Abril e a tática divisionista nas eleições de 1982 foram as escolhas dos militares para tentar manter o controle da transição política. A Lei Falcão⁹ foi resultado da vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974 com acesso ao rádio e a televisão e o fracasso da ARENA. Após o pleito, no ano de 1974, o Serviço Nacional de Informação (SNI) demonstrou aos militares que os meios utilizados livremente pelo partido oposicionista foi o principal característica para a garantia da vitória. Assim, com o objetivo de evitar a repetição da derrota, “o governo resolveu modificar o Código Eleitoral criando a lei Falcão, uma regulamentação que alterava o uso dos meios de comunicação nas campanhas eleitorais” (SANTOS, 1995, p. 54).

Em 1977, o governo modificou novamente as regras para as eleições de 1978, o que ficou denominado como o "pacote de abril".¹⁰ O resultado da alteração na legislação levou a ARENA a resultados positivos e conteve a força eleitoral da oposição. Porém, para Lúcia Grinberg, o recesso em abril de 1977 no Congresso Nacional “evidenciou a incapacidade do Governo Geisel em lidar com o Legislativo e mesmo com o seu partido, o que o levou a um novo confronto com os políticos” (GRINBERG, 2009, p. 202).

O regime militar continuou com a proposta de fragmentar a oposição com a reforma partidária e o surgimento de novos partidos, que efetivamente foram colocados no sistema partidário para as eleições no ano de 1982.¹¹ O governo decidiu pela formulação do "pacote de novembro", visando a proibição de alianças entre os partidos, exigindo o

⁹ “Em maio de 1976, cinco meses antes das eleições municipais, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei onde os partidos passariam a apresentar apenas os nomes, números, currículos e fotos (no caso da TV) de seus candidatos, fora isso, as siglas estariam expressamente proibidas de promoverem qualquer debate ou discussão nos meios de comunicação de massa. O ministro da justiça Armando Falcão, responsável pela modificação da legislação, afirmou que a lei Falcão permitiria um acesso igual a todos os candidatos dos dois partidos que disputassem mandatos. Essa medida casuística, onde se colocou em questionamento o verdadeiro interesse dos militares de promover a abertura política plena, atingiu diretamente a oposição” (SANTOS, 1995, p. 54)

¹⁰ Para Thomas Skidmore, o “pacote de abril” foi uma resposta aos resultados das eleições parlamentares de 1974, impedindo o MDB de fortalecer-se significativamente pelo voto. Para o autor, “invocando os poderes arbitrários do AI-5, Geisel anunciou uma série de importantes reformas constitucionais (apeladas de "pacote de abril"), todas visando direta ou indiretamente tornar a ARENA imbatível nas próximas eleições. Doravante as emendas constitucionais exigiriam maioria simples apenas; todos os governadores de estado e um terço dos senadores seriam escolhidos indiretamente em 1978 por colégios eleitorais estaduais (que incluiriam os vereadores, ficando assegurado o controle da ARENA); os deputados federais teriam o seu número fixado à base da população e não do total de eleitores registrados (como fora nas eleições de 1970 e 1974); e o acesso dos candidatos ao rádio ou à televisão ficava rigorosamente limitado nos termos da lei Falcão já aprovada pelo Congresso em 1976”. (SKIDMORE, 1988, p. 373).

¹¹ “Essa eleição, mais do que as outras, seria de fundamental importância para o Executivo Federal, pois os novos parlamentares eleitos para o Congresso, formariam, ao lado dos representantes estaduais, o Colégio Eleitoral que em janeiro de 1985 elegeria o sucessor do general João Batista Figueiredo, último militar no quadro autoritário a ocupar a Presidência da República”. (SANTOS, 1995, p. 56)

lançamento de candidatos para todos os cargos e estabelecendo o voto vinculado, que obrigou o eleitor a escolha de candidatos do mesmo partido para todos os cargos.

Para Roberto Santos, os partidos PT, PDT e PTB lançaram candidatos a todos os cargos. O PMDB defendeu a campanha de voto útil, mostrando que a agremiação partidária estava com mais chances de derrotar o governo nas eleições. Estas tiveram praticamente uma forma bipartidária. Contudo, os resultados das eleições mostraram como a oposição cresceu no cenário político nacional por meio da conquista de 9 governadores pelo PMDB e 1 pelo PDT e para a Câmara dos Deputados o número de 244 cadeiras, “na contagem individual por partido o PDS, que havia eleito 12 governadores, conseguiu 235 vagas para deputados, o PMDB 200, o PDT 23, o PTB 13 e o PT 8” (SANTOS, 1995, p. 56). Assim, o governo militar fracassou na sua proposta divisionista, o que possibilitou o surgimento das oposições que trouxeram os diversos sujeitos políticos e sociais da década de 1970 para a luta no parlamento nacional na década de 1980, caso do PT e a mobilização dos “trabalhadores” na Câmara dos Deputados.

O resultado da votação da emenda Dante de Oliveira trouxe novos caminhos para alcançar os interesses dos “trabalhadores”, pondo fim ao regime e sua política econômica. Coube à sociedade brasileira o julgamento do comportamento do PDS que votou contra, que se ausentou, que se absteve, e que colocou a instituição do Congresso Nacional como decorativa. A negativa dos deputados federais à emenda Dante de Oliveira representou a intenção dos militares de continuar controlando a transição para a democracia, sem traumas, por meio da eleição do presidente da República pelo Congresso Nacional. Para os militares, a votação no Parlamento e a instituição das eleições diretas não foram suficientes para colocar um fim na ditadura militar.

A candidatura de Tancredo Neves, naquele momento componente da oposição, se fortaleceu com o apoio unânime dos governadores do PMDB, o qual divulgou um manifesto em reunião do dia 20 de junho de 1984 e na formação da Aliança Democrática com os partidários do PMDB, do Partido da Frente Liberal (PFL)¹² e os dissidentes do PDS, que “se concretizou com a recusa do presidente Figueiredo em realizar as prévias para os candidatos do PDS que fossem disputar a candidatura no Colégio Eleitoral, e com a renúncia do presidente do PDS, José Sarney, do cargo” (DIMENSTEIN, 1985, p. 45). Para Carlos

¹²Para a formação, o programa e compromisso do PFL com o pensamento liberal, ver FERREIRA, Denise Paiva. PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000). Goiânia: Alternativa, 2002.

Castello Branco, “a própria escolha do Governador Tancredo Neves como candidato indica o propósito de se encontrar algum consenso e algum ponto de conciliação que, através de mudanças, assegure um clima de paz para o êxito do gigantesco esforço para solucionar problemas acumulados”.¹³ Tancredo Neves representou a tentativa do Executivo e do Legislativo em encontrarem ‘a única saída política para o País’, o ‘salvador da pátria’ que fosse eleito pelo Colégio Eleitoral, capacitado para resolver os problemas nacionais com responsabilidades, compromissos e unidade política.

Para José Genoíno, o Governo Federal e a Aliança Democrática nos seus gabinetes de conciliação pretenderam esquecer a palavra de ordem emitida e repetida apaixonadamente nos comícios e nas praças por milhares de pessoas: Diretas já!, e abafar as propostas de novas manifestações. Para o parlamentar, a principal proposta para combater o Colégio Eleitoral era não regulamentá-lo, pois com a maioria simples de deputados e 240 votos eram suficientes para colocar novamente as eleições diretas em pauta. A participação no Colégio Eleitoral e a sua não regulamentação estavam “no mesmo plano e o mesmo nível. Podem ser assumidas pelo mesmo órgão: a Câmara. Depende das vontades políticas dos mesmos indivíduos: os Deputados”.¹⁴

O Senado e a Câmara tiveram posições distintas sobre o Colégio Eleitoral. Para Eduardo Suplicy, a Câmara, por meio do seu presidente, esperava colocar em regime de urgência o projeto de lei regulamentando o Colégio Eleitoral, mesmo sem a anuência das lideranças do PT, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e de considerável parcela do PMDB. No Senado, o presidente informava a não marcação da data para colocar a emenda em pauta, porque não havia a unanimidade das lideranças. Para o parlamentar era necessário haver unidade de ação da Câmara e do Senado.

Não podemos aceitar esta incongruência de critérios entre as duas Mesas da Casa. Se a Mesa da Câmara pode colocar na ordem do dia projeto de lei sem a anuência de diversas lideranças, então a Mesa do Senado e da sessão do Congresso Nacional deveria também obedecer à vontade da maioria dos parlamentares, praticamente de dois terços no Senado e na Câmara, correspondente hoje à vontade esmagadora do povo brasileiro que quer ver os seus representantes votarem o estabelecimento das eleições diretas para a sucessão do Presidente João Figueiredo.¹⁵

Os deputados petistas mostraram a credibilidade dada pelo partido ao Legislativo federal como espaço de luta política, e compreenderam que os parlamentares da Aliança

¹³Estratégia com sinal trocado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/7/1984.

¹⁴Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 81, 9/8/1984, p. 7405.

¹⁵Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 91, 23/8/1984, p. 8306-8307.

Democrática, no Senado e na Câmara, já não usaram a instituição para a mobilização “popular” e a luta por eleições diretas. O ambiente político no Congresso Nacional em meados do ano de 1984 não estava para as lutas, mas sim para a negociação. A negociação não era a proposta do PT, e a crença do partido no Congresso Nacional aconteceu em um momento político em que os próprios parlamentares se submeteram às decisões das lideranças e também em torno de um nome de consenso nacional, Tancredo Neves. Diferente das escolhas do Congresso Nacional, o PT mostrou a expectativa de condução, de participação e de decisão dos “trabalhadores” para a concretização da transição política.

As candidaturas ao Colégio Eleitoral, de Paulo Maluf e Tancredo-Sarney, não eram consideradas alternativas para o fim do regime militar. José Genoíno afirmava que o importante era excluir a polarização imposta pelo Congresso Nacional e “escolher o muito melhor - e esse muito melhor é a mobilização do povo brasileiro, é a sua organização e a sua unidade em torno de uma plataforma política que represente o fim do regime militar”.¹⁶

Para Carlos Castelo Branco, a concepção governista sobre os candidatos no Colégio Eleitoral mostrava que a candidatura Maluf gerava instabilidade e crise, por causa dos seus métodos e da falta de apoio “popular”, “ele ofereceu flores, medalhas, carinho e assistência médica e pessoal a um aglomerado de políticos que o tipo de poder existente no país deixava entregues à sua própria solidão e à generalizada falta de recursos”.¹⁷ A candidatura de Tancredo era heterogênea, abrangente, precária, flexível ideologicamente e mostrava a diversidade de compromissos e metas para a manutenção do Estado, sendo que “o espectro das forças tancredistas vai da simpatia do General Ernesto Geisel ao apoio do Sr. João Amazonas, egresso da guerrilha de Xambioá”.¹⁸ Pelo lado governista, o receio em relação a Tancredo era por ter apoio da esquerda, e pelo fato de alguns militares temerem revanchismo e a penalização dos crimes cometidos no período, caso a esquerda chegasse ao poder.

Para José Genoíno, a polarização da transição visava manter o “povo” em posição política passiva e de expectativa, e a faceta deste mostrava o descontentamento, a miséria, a revolta e as lutas dos “trabalhadores”. Por isso, essa era a posição, muito clara: “nem Maluf é esperança, nem Tancredo é mudança. Queremos o fim deste Regime, com base numa

¹⁶Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 102, 7/9/1984, p. 9395.

¹⁷Os fatores da instabilidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/9/1984.

¹⁸Os fatores da instabilidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/9/1984.

plataforma de luta”.¹⁹ A situação das candidaturas para o Colégio Eleitoral era crítica para o PT, porque os dois candidatos representavam a continuidade do regime. O PT defendeu a luta pelo fim da ditadura militar e sua legislação casuística e autoritária, que não incluía, na visão do partido, leis favoráveis aos “trabalhadores”.

Para o deputado federal, participar do Colégio Eleitoral era concordar com as elites e sua fachada “popular”, bem como com a consolidação do regime militar em crise, e com o jogo de cartas marcadas. A posição do PT refletia a recusa de uma parcela da população, principalmente porque o partido quis capitalizar todo o descontentamento, transformando-se em alternativa operária e “popular”. Essas características motivaram os parlamentares ao boicote do Colégio Eleitoral e que “tem implicações, repercussões que se estenderão pelos próximos anos e que determinarão o grau de respeito político de que uma determinada posição ou partido desfrutará”.²⁰

Neste ponto, entenderam que Tancredo não era a única alternativa. O PT se colocava como uma alternativa para as vontades e os interesses dos “trabalhadores”, debatendo seus problemas cruciais, reivindicando sua independência de classe e realizando debates e reuniões abertas, como o tema do não comparecimento ao Colégio Eleitoral. Para o partido, o Congresso Nacional, instituição que encaminhava a sucessão presidencial, mostrava evidências de distanciamento da vontade de mudança da maioria do “povo” brasileiro. Rachel Meneguello argumentou que Tancredo Neves era uma indicação consensual e aceita pelos setores políticos para a transição ao governo civil, “com a exceção do Partido dos Trabalhadores, formou-se no Congresso um consenso entre os partidos de oposição em torno do projeto de democratização encabeçado pelo PMDB” (MENEGUELLO, 1998, p. 81). Ao apoio dos políticos incluíram os setores militares com as garantias do poder civil: “que não haveria revanchismo no seu Governo, considerar muito remotas as possibilidades da legalização das organizações clandestinas, e prometer que os Ministros militares seriam todos ouvidos no momento da escolha de seus sucessores” (DIMENSTEIN, 1985, p. 181).

O colunista Carlos Castello Branco afirmava a ocorrência, por parte dos militares, da perda de controle da maioria parlamentar e dos governadores, por não evitarem as duas

¹⁹Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 114, 26/9/1984, p. 10780.

²⁰Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 131, 23/10/1984, p. 12691.

candidaturas do PDS na convenção partidária ocorrida no dia 11 de agosto de 1984²¹ e por se submeterem à escolha realizada pelo partido. O candidato escolhido pelo PDS foi Paulo Maluf e mostrou os objetivos das forças armadas: preservar o poder, pois “o Deputado Paulo Maluf não é o candidato popular, não é o candidato da maioria da representação política. Mas é o candidato do regime. E o regime sabe impor suas decisões, preservando-se o uso do poder”.²²

O PT continuou se colocando como força política dissonante da conciliação e do consenso nacional, ressaltando a falta de compromisso dos candidatos ao Colégio Eleitoral com os “trabalhadores” e a impossibilidade de escolha por via direta por causa dos militares e dos políticos, ansiosos por uma transição sem traumas. Enquanto isso, o consenso político se consolidou em torno do candidato Tancredo Neves, com um projeto de democracia envolvida e subjugada pelos civis e pelos militares e a tentativa dos destes de permanecer no poder por meio do candidato Paulo Maluf. As concepções políticas estavam no cenário: o PT se colocou como negação ao governo escolhido no Colégio Eleitoral, Tancredo ou Sarney, por representarem o regime militar; Tancredo, sob os olhares da Aliança Democrática e dos militares, costurou um governo de conciliação e consenso nacional, sem revanchismo, sem crítica e sem esquerdas; e Maluf esteve sob a tutela dos militares, reafirmando a decadência das forças armadas no poder.

A eleição no Colégio Eleitoral teve como resultado 180 votos para Paulo Maluf e 480 votos para Tancredo Neves. Os malufistas ficaram indignados com a falta de apoio e de atitude da cúpula militar, ao se omitirem e não exigirem a fidelidade partidária para os participantes do PDS, que tiveram ressentimento pelo candidato e pela sua péssima imagem pública.

Merecidamente ou não, ele foi identificado com o regime próximo do fim e com todas as suas mazelas. Maluf deu motivos de sobra para isso: foi contra as “Diretas já!” quando 90% dos brasileiros eram a favor; recusou-se a criticar o Governo mais impopular das últimas duas décadas – só o fez quando a eleição estava perdida; deixou prosperar o perfil de um político vaidoso, autosuficiente (**SIC?**), autoritário, que não media conseqüências para alcançar seus objetivos; e cercou-se de parlamentares considerados os mais conservadores do Congresso (DIMENSTEIN, 1985, p. 135).

²¹Os dois candidatos foram: Paulo Maluf e Mário Andreazza, e “a apuração dos votos terminara e Maluf ganhara a indicação do PDS com uma folga de 143 votos” (DIMENSTEIN, 1985, p. 127).

²²Sistema assume Maluf e o impõe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/10/1984.

Eleito, Tancredo Neves estava cercado pelos compromissos programáticos da Aliança Democrática: combater a inflação, renegociar a dívida externa, gerar empregos, revalorizar o país com o mercado interno e o bem-estar da população e, concluir um pacto constitucional, convocando uma constituinte. A formação dos ministérios teve impacto na política do presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, principalmente na definição da composição e do programa governista e na formação das mesas da Câmara e do Senado. As reivindicações para participar do governo nos ministérios eram marcadas por ameaças, imposições, pressões e vetos com interesses políticos particulares. Para o jornalista Carlos Castello Branco, Tancredo acreditava que as mudanças eram institucionais com a elaboração de novas leis que “são notadamente mudanças de atitudes e, no setor econômico, visam a combater a inflação sem prejuízo do propósito de gerar empregos e de assegurar maior participação do setor privado na economia”.²³

A imagem pública de Maluf foi o critério utilizado para não apoiá-lo no Colégio Eleitoral e as mudanças propagadas pelo governo encabeçado por Tancredo estavam direcionadas para suas atitudes, sem sequer ressaltar a importância dos “trabalhadores” para a construção do governo civil. O presidente eleito manteve-se cercado de liberais, de conservadores, de latifundiários, de banqueiros, de industriais, de grupos estrangeiros e de setores militares, sem um projeto político e econômico consistente que modificasse a situação do país e dos “trabalhadores”. Para o PT, os compromissos e os objetivos fundamentais dos grupos que apoiaram Tancredo Neves já estavam definidos.

São eles: a eleição de um Congresso de centro-direita em 1986, a quem se entregaria a reforma de Constituição; a aceitação da tutela militar; o compromisso de honrar todos os acordos com o FMI e o capital financeiro do País e do exterior; garantia de intocabilidade da propriedade fundiária, mantendo como padrão de política agrária a mera aplicação do Estatuto da Terra; em resumo, um conjunto de linhas que representam a disposição, já manifestada pelo próprio candidato a presidente, de manter-se fiel aos ideais de 64 (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 184).

A luta do PT manteve-se focada contra os ideais dos militares, que continuavam no poder, sob as hostes do presidente civil e dos interesses políticos restritos à manutenção da presença de capitalistas, da reforma constitucional e dos proprietários de terra. Assim, na perspectiva petista o governo eleito no Colégio Eleitoral não teve legitimidade porque não fez nada pelos “trabalhadores” e nem sequer fora escolhido por eles. O Partido dos Trabalhadores

²³ As mudanças e as pressões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/02/1985.

definiu o seu inimigo político que nasceu do Colégio Eleitoral ilegítimo: o governo Tancredo-Sarney.

O tema do não comparecimento ao Colégio Eleitoral foi debatido em reuniões e encontros do Partido dos Trabalhadores por meio de três propostas para serem decididas pelos militantes: “manter-se fiel às origens e não participar; participar por compreender que dever-se-ia derrotar o candidato Maluf identificado como continuidade do regime; comparecer ao Colégio Eleitoral após a negociação de um programa com a Aliança Democrática garantindo conquistas para os trabalhadores” (COSTA, 1998, p. 141). E o partido decidiu por não homologar e nem corroborar com uma decisão já reconhecida: se for Tancredo Neves ou Paulo Maluf, o presidente era a continuidade do autoritarismo. A deputada Bete Mendes não aceitou a decisão partidária e utilizou entrevistas e enviou cartas a 1.817 eleitores, consultando-os sobre a sua presença ou não ao Colégio Eleitoral. A parlamentar se baseou nas opiniões “populares”, ignorando as decisões partidárias do PT. Bete Mendes concluiu que:

Como em minhas hastes partidárias 68,7% querem que eu vá votar por eles na escolha do próximo Presidente da República, e como dentre os eleitores de outros partidos, inclusive eleitores do PDS, 78% também são dessa opinião, afirmo desta tribuna, ao fim da Sessão Legislativa do ano de 1984, que irei ao Colégio Eleitoral, por vontade dos eleitores petistas e dos demais partidos, votar no candidato Tancredo Neves.²⁴

Em 15 de janeiro, na votação no Colégio Eleitoral, Bete Mendes compareceu e votou em Tancredo Neves. Para a parlamentar, a coerência com o entendimento do político obrigou-a estar onde o “povo” estava e esta atitude contrária à decisão do partido gerou sua expulsão. A deputada federal afirmou que “sabia de antemão que o seria, segui adiante. Dei o meu voto consciente de estar contribuindo para que se tornasse realidade um sonho de nosso povo”.²⁵ Para a deputada, seu voto era uma “homenagem maior a Tancredo. Foi o reconhecimento que lhe dei em vida por sua trajetória política marcada pela seriedade, pela coerência, pela honestidade e pelo espírito democrático e conciliador”.²⁶

O Partido dos Trabalhadores passou por um dos primeiros casos de desobediência partidária com a votação dos deputados federais Bete Mendes, Aírton Soares e Eudes Júnior no candidato Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Como um partido que buscava se diferenciar dos existentes, em que as decisões eram tomadas junto às bases, por meio dos

²⁴Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 159, 5/12/1984, p. 15990.

²⁵Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 37, 30/4/1985, p. 3610.

²⁶Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 37, 30/4/1985, p. 3610.

encontros partidários com consulta aos filiados, o PT procurava demarcar as suas fronteiras políticas nitidamente, porém “tal consulta não foi por meio dos Núcleos de Base, que teoricamente se vinculavam aos movimentos sociais, podendo proporcionar uma maior abrangência à consulta” (BRANDÃO, 2003, p. 89). A atitude dos parlamentares que compareceram ao Colégio Eleitoral esteve diretamente relacionada ao cerne da atuação dos deputados federais independente ou submetida às diretrizes do partido, pois este é um local de socialização e aprendizado político e social. No caso do PT, em que as propostas eram colocadas em votação interna e seguidas, independentemente do resultado, concordar ou não com o resultado do partido na decisão de ir ou não ao Colégio Eleitoral, não era o suficiente para que os parlamentares exercessem suas escolhas pessoais, mas assim o fizeram.

Para Margareth Keck, os momentos anteriores a votação no Colégio Eleitoral foram marcados por muito debate interno no Partido dos Trabalhadores que se polarizaram entre os que acreditavam na necessidade de votação em Tancredo Neves, apesar do caráter conservador da transição e os que consideraram o Colégio Eleitoral como uma imposição do candidato diante da mobilização “popular”. Os deputados federais Airton Soares e José Eudes “radicalizaram ainda mais o debate anunciando que participariam da eleição do Colégio Eleitoral, fosse qual fosse a decisão das pré-convenções” (KECK, 1991, p. 300). Com esta situação, a renúncia dos deputados federais que fossem ao Colégio Eleitoral foi pedida pelo partido e, mesmo com a contestação de militantes, os parlamentares renunciaram e deixaram a agremiação partidária. “Por recusar-se a comparecer ao Colégio Eleitoral, o partido fora acusado de purismo; a saída dos três deputados fez com que ele parecesse também autoritário. Esse conflito deixou um resíduo de tensão e amargura durante todo o ano seguinte”. (KECK, 1991, p. 301-302).

E no Encontro Nacional Extraordinário realizado entre os dias 12 e 13 de junho de 1985, na cidade de Diadema, o PT afirmou que as prerrogativas de decisão política não eram exclusivas dos dirigentes ou das bancadas parlamentares como nos partidos da burguesia ou de vanguarda, por isso defendeu a democracia interna partidária como forma de debate e de discussão das propostas pelos filiados. Caso o parlamentar permanecesse com a posição individual e descumprisse as diretrizes partidárias, era necessário que a Executiva Nacional solicitasse seu desligamento do partido, pois “traz à tona questões cujo equacionamento poderá trazer ao Partido, nos próximos anos, reflexos tão profundos quanto os resultados da

manutenção de nossa decisão de não comparecer ao Colégio Eleitoral” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 191).

O Partido dos Trabalhadores durante o ano de 1983, 1984 e 1985, lutando pela Diretas Já! e contra o Colégio Eleitoral, delimitou sua ação para as soluções institucionais existentes no regime militar: exigir as eleições diretas para que o “trabalhador” tivesse o direito de escolha do presidente em meio a transição política. O partido corroborou sua inserção institucional ao valorizar o elemento político e as eleições como método para disputa do poder político nacional. As resoluções do PT sobre ir ao Colégio Eleitoral mostraram a opção política tomada pelo partido, em que a instituição militar teve um método espúrio na política, por causa da eleição indireta e da exclusão da classe trabalhadora pelas elites das decisões políticas. A compreensão do Colégio Eleitoral como questão política fez com que o PT utilizasse as eleições como um método de participação da classe trabalhadora na democracia burguesa com a presença no pleito eleitoral de toda a década de 1980. Politicamente o PT, ao inserir-se nas lutas institucionais, iniciou um processo político de reconhecimento do *status quo* e da conquista dos espaços legítimos para atuação partidária que favorecesse os “trabalhadores”.

No II Congresso Nacional, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 24 e 28 de novembro de 1999, o PT definiu a necessidade de fortalecimento do espaço público, com a criação de novos direitos e a ampliação da democracia na sociedade em conjunto com a representação parlamentar. Para o partido, o Estado Democrático de Direito deve permitir e unir o experimentalismo político da democracia representativa – luta institucional – e da democracia direta – luta social – constituindo-se em espaços políticos para derrotar o Governo Federal do PSDB, “especialmente nos parlamentos, aprofundando denúncias, bloqueando iniciativas antipopulares e apresentando propostas alternativas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 21).

Internamente, o partido expressou a necessidade dos parlamentares, das propostas, dos projetos de lei e dos mandatos estarem em concordância com as decisões partidárias, o que mostrava o temor do PT na perda dos mandatos e da política personalista que privilegiava o candidato e ignorava a instância partidária.

72. As bancadas terão seu representante nos diretórios e respectivas executivas; no Diretório Nacional e na CEN a representação será do líder no Senado e na Câmara Federal. As bancadas de parlamentares (que são instâncias do partido) estão subordinadas às instâncias de direção partidária, aos princípios programáticos do PT e devem observar todas as Resoluções adotadas pelos Diretórios

correspondentes e demais instâncias superiores do partido. As propostas de políticas públicas do partido, bem como os projetos de lei dos parlamentares, devem ser elaboradas conjuntamente, envolvendo os parlamentares, os dirigentes, as secretarias e respectivas assessorias. O parlamentar, desde sua indicação como pré-candidato a cargo legislativo reconhece que todo mandato eletivo pertence ao partido e que suas instâncias poderão adotar as medidas necessárias para reter esse mandato quando deixar a legenda ou dela for desligado. A candidatura nata no PT não existe. Todo parlamentar petista deve combater com rigor qualquer privilégio ou regalia decorrente do cargo que ocupa (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 28-29).

No 13º Encontro Nacional realizado em São Paulo entre os dias 28 e 30 de abril de 2006, com o partido na direção do Governo Federal (2003-2006), o PT destacou o desgaste por causa dos erros cometidos com o gasto de 20 milhões nas campanhas eleitorais no ano de 2004, os recebimentos de campanha e o caixa dois, e mostrou a urgência na continuidade da luta partidária contra a corrupção e a apropriação de bens e recursos públicos, “as acusações de corrupção contra membros do partido devem ser investigadas, garantida ampla defesa, e, havendo comprovação, cabe punição rigorosa” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 34).

Para o partido, a apuração da crise interna no ano de 2005, provocado pelas práticas inaceitáveis de financiamento de campanhas e de promiscuidade na relação interpartidária, era relevante para a autocrítica partidária no discurso e na prática, o que impulsionou a união da militância, reconheceu a herança corruptora e as falhas estruturais do Estado brasileiro, “revalorizando a luta social como dimensão fundamental de nossa estratégia; reafirmando a autonomia do Partido frente ao governo e às instituições do Estado; acentuando a luta ideológica e política das classes trabalhadoras contra a direita e suas práticas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 35).

A prioridade da luta parlamentar para as denúncias, os bloqueios e as propostas neoliberais mostraram a definição política do Partido dos Trabalhadores aos seus parlamentares, exigindo alternativas para as soluções dos problemas brasileiros. As expectativas partidárias diante dos parlamentares demonstraram a ampliação das tarefas políticas exigidas pelo PT por meio das mudanças históricas, do rompimento com o neoliberalismo, da justiça social e da participação democrática. A corrupção dos partidários, o distanciamento dos movimentos sociais, a herança corruptora do Estado brasileiro, a defesa de

propostas para mudanças políticas e eleitorais, e a autonomia partidária diante do Governo Federal, foram a tentativa de autocrítica do PT sobre a crise do “mensalão”.²⁷

Na perspectiva de Pomar (2005), entre os anos de 2003 e 2005, a relação entre o Governo Federal, o PT e a burguesia estava entre o apoio explícito e o silêncio obsequioso. A indicação de burgueses para ocupação de ministérios, a ampliação da concessão ao grande capital, a autonomia do Ministério da Fazenda, a composição e a instabilidade do Congresso Nacional, e o ataque e a desmoralização dos meios de comunicação, generalizada na crise de 2005, mostraram ao PT as dificuldades do Governo Federal para definição de um projeto político para o país. A manutenção da política econômica neoliberal, a desorganização das forças sociais e democráticas, e a perda da autonomia vivenciada pelo PT entre os anos de 2003 e 2005 representaram a disputa de hegemonia no interior da classe trabalhadora e na esquerda brasileira. Para Pomar, a disputa envolveu o Executivo e os ataques direcionados ao Partido dos Trabalhadores e “essa disputa se faz nos marcos de uma disputa mais ampla, entre o PT e a burguesia brasileira, que pretende reconquistar o governo e interditar o conjunto da esquerda” (POMAR, 2005, p. 281).

Na análise de Daniel Aarão Reis (2007), o PT foi caracterizado pela gênese, pelas metamorfoses e pelo triunfo partidário. O triunfo foi representado pela vitória presidencial na eleição de 2002, contudo na base política congressista, a aliança com partidos fisiológicos e conservadores foi criticada e considerada como traição pelos opositores do PT e do Governo Federal. Para o autor, a crise no ano de 2005 representou a retomada da fúria e do moralismo na grande mídia e nos formadores de opinião, nas direitas, nas esquerdas e pelos empresários, que colocaram a honestidade como valor supremo para os homens públicos e um sentimento explícito de ódio de classe. O desgaste partidário entre os anos de 2005 e 2006, por meio das denúncias unilaterais das oposições políticas e partidárias fizeram com que a reação do Partido dos Trabalhadores e do presidente Lula à crise do mensalão fosse uma reaproximação com a sociedade brasileira.

Foram grandes trunfos de Lula a habilidade de articular alianças e de definir um perfil político mais claro – comprometido com as causas populares, com o atendimento das demandas materiais e simbólicas dos pobres das cidades e dos campos, com políticas distributivas e atenuadoras das trágicas desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Também lhe valeram a notória capacidade de

²⁷ “Em junho de 2005, estourou o ‘escândalo do mensalão’. Detonado pelo então deputado federal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Roberto Jefferson, o escândalo consistia na denúncia de que o governo e o PT comandavam um esquema de suborno a deputados federais para garantir apoio ao governo” (AMARAL, 2010, p. 153).

comunicação – sobretudo com as camadas populares – e as qualidades, sempre enfatizadas por ele e pelo PT, de um líder que sabe negociar, aberto ao diálogo e à discrepância, construtor de consensos. Não se quer aqui discutir se essas qualidades são efetivas, mas o fato de a imagem delas se ter gravado na imaginação de grande parte do eleitorado (REIS, 2007, p. 530).

João Maia (2007) afirmou a necessidade de explicar a crise de 2005 no PT, por meio da trajetória e da encruzilhada do sucesso petista com as matrizes intelectuais e morais da gênese partidária. Para o autor, a crise de 2005 no PT mostrou a existência de problemas éticos e políticos na base do governo Lula, e que produziram impacto profundo sobre o Partido dos Trabalhadores, foi “inegável a corrosão de suas credenciais simbólicas, em especial de sua bandeira ética, brandida ao longo dos anos 90 como signo diferenciador” (MAIA, 2007, p. 84). As análises da crise interna se dividiram: para a esquerda, a crise representou uma traição por meio de alianças espúrias e comprometedoras; para a direita, a crise foi o maior escândalo de corrupção da história republicana; para o centro, a crise foi o uso de caminhos tradicionais no Brasil. Para o autor, não houve ineditismo nos processos ilegais realizados internamente pelo PT, não trataria de contaminação, de desvios particulares e de deslumbramento pelo poder, “mas de um processo que afetou boa parte da alta máquina partidária e que, defendendo aqui, foi produzida por uma determinada postura diante da grande política” (MAIA, 2007, p. 86).

O Partido dos Trabalhadores substituiu o discurso ideológico pelo apelo generalista e pela prática social-democrática no Governo Federal. Para Pedro José Floriano Ribeiro (2008), o PT causou problemas ao Governo Federal, principalmente as tendências internas de esquerda, por confrontarem os projetos históricos do partido e a realidade econômica e política do país, o que mostrou um desacordo entre a luta parlamentar e a proposta do Executivo para o Brasil. Para o autor, o PT se adaptou ao *modus operandi* da política nacional, com a ocupação de cargos, os conflitos com os partidos aliados, o enfraquecimento partidário, a oligarquização da direção partidária e os fenômenos de corrupção. Para Pedro Ribeiro, a direção nacional do PT defendeu a proposta governista que mudou posições históricas da legenda. Por isso a crise de 2005 representou a alteração da fisionomia do Partido dos Trabalhadores com a presença do Campo Majoritário, tendência política interna que dirigiu o partido entre 1995 e até os dias atuais²⁸ que resultou “claramente das estratégias e da linha política defendidas até o fim pelo grupo” (RIBEIRO, 2008, p. 289).

²⁸ O Campo Majoritário, bloco moderado do PT que assumiu o poder partidário em 1995, após dois anos em que a Articulação de Esquerda esteve dirigindo o partido, é formado pelas tendências: Velhos sonhos, novos

A posse do presidente eleito no ano de 2002 fechou a transição brasileira para a democracia, com o redirecionamento das prioridades governamentais e das mudanças nas relações entre os cidadãos e o Estado brasileiro. Para David Fleischer, o Governo Federal petista não alcançou os objetivos de maior participação “popular” e de inversão da política governamental, deu continuidade a estabilidade econômica, o que isolou o núcleo político e enfraqueceu o apoio do Legislativo. Os escândalos que aconteceram entre os anos de 2004 e 2005 mancharam a imagem petista, considerada como administração incompetente – crítica voltada para o campo ético e moral - que era prejudicada pela relutância no compartilhamento do poder e na cooptação individual dos parlamentares pelo Executivo. Para David Fleischer, os escândalos ocorridos no Governo Federal petista foram “fundamentados no amplo controle de um partido político nacional, e não numa vitória isolada em alguma eleição, na *compra* de votos no Congresso para aprovar esta ou aquela lei, ou mesmo como acontece em grande proporção, no desejo de enriquecimento pessoal” (FLEISCHER, 2009, p. 259).

O partido, o Governo Federal e a crise do “mensalão” tiveram interpretações diferenciadas por parte dos autores acima citados. As análises realizadas ficaram entre o imediatismo e a historicidade das mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores. O imediatismo político destas mudanças ressaltou no critério pragmático das modificações e dos princípios históricos, que foram direcionados para o atendimento aos pobres e a atenuação das desigualdades na sociedade brasileira. A crítica imediatista se restringiu afirmação da transição na ética e na moral – como os princípios históricos negados pelo PT – para a crise do “mensalão”. A perspectiva histórica tentou encontrar as mudanças acontecidas no PT e no Governo Federal, localizando decisões e escolhas políticas que responsabilizaram coletivamente o Executivo e o partido pelas mudanças internas e pelas indefinições nos projetos políticos para o país. Contudo, as duas perspectivas não analisaram a relação entre o Governo Federal e os parlamentares petistas, proposta feita a seguir com o objetivo de compreender a atitude dos atores políticos no Legislativo em relação aos projetos e as decisões políticas do Governo Federal.

No ano de 2005, a crítica ao Governo Federal aconteceu pela tentativa de impedimento da atuação parlamentar, na resolução de casos de corrupção no país, por meio das investigações na Comissão Parlamentar de Inquérito, sobretudo em relação à CPI dos

desafios; Articulação unidade na luta; Democracia Radical. Estes grupos saíram vitoriosos da eleição interna derrotando o agrupamento Socialismo e Democracia (RIBEIRO, 2008, p. 187).

Correios. Esta foi proposta em função de denúncias que envolveram os Correios em gravações que continham diálogos sobre o uso indevido de dinheiro público. A oposição valorizou a ética e a investigação da imprensa e os parlamentares petistas reagiram com propostas para a solução da crise do mensalão.

Para os senadores petistas, a instalação da CPI dos Correios foi um momento político para ofensiva do PT, sem temor das consequências políticas das investigações e apoiando a vontade “popular” para a realização das mesmas nos casos de corrupção. Para Eduardo Suplicy, a assinatura dos senadores petistas para a instalação da CPI, foi baseada na história do PT e na expectativa da população, dos filiados e membros do Partido dos Trabalhadores. A CPI foi instalada no dia 25 de maio de 2005, quando teve número necessário de assinaturas no Congresso Nacional, acima de 70 na Câmara e de 25 no Senado. Os senadores petistas debateram a viabilidade do apoio à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a má gestão pública na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

O Diretório Nacional do PT orientou os deputados federais e os senadores a não assinar o requerimento, porque “nossos opositores no Congresso Nacional usariam a CPI para desestabilizar o Governo, paralisar a administração pública e até os trabalhos do Congresso Nacional. É claro que esse risco existe, já que muitos da Oposição têm tido esse tipo de atitude”.²⁹ Porém, o Diretório Nacional não fechou questão sobre a votação dos parlamentares petistas, favorável ou contrariamente a instalação da CPI. A indefinição da direção partidária motivou a decisão autônoma da bancada dos senadores petistas, que publicaram um documento apoiando a instalação das CPIs dos Correios e do mensalão.³⁰

A autonomia da imprensa e do Congresso Nacional nas investigações eram critérios ressaltados pela oposição, para cumprirem a função de esclarecer e informar os acontecimentos políticos para a sociedade brasileira.³¹ Para Yeda Crusius (PSDB, a investigação propiciada pela CPI na Câmara e no Senado seria “um trabalho extremamente

²⁹ Diário do Senado Federal. 31/5/2005, p. 16551.

³⁰ “A Bancada dos Senadores aqui no Senado entendeu que é necessário, em nome da democracia e da transparência, aqueles que não têm medo, que não temem, que não têm o rabo preso, como é dito de uma forma bem popular, instalarem a CPI. Chegou a hora do pagar para ver. Chegou a hora da verdade. Vamos ver efetivamente quem tem algum delito cometido ao longo dessa caminhada. E será punido, doa a quem doer, seja desse ou daquele partido”. Discurso do senador Paulo Paim. Diário do Senado Federal. 8/6/2005, p. 18192.

³¹ Ver o discurso de Lobbe Neto (PSDB). O deputado ressalta que “a imprensa faça a cobertura de todas as investigações e continue atuando na parte investigativa, para que se faça uma limpeza em âmbito nacional”. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 101, 24/6/2005, p. 28513.

estimulante, apesar de muito pesado: colocar tudo isso a limpo. E não serão cabeças pequenas que deverão pagar, mas os grandes, os líderes que causaram ao País essa vergonha”.³²

Para Fernando Ferro³³ a imprensa brasileira, especificamente o jornal *Folha de São Paulo* e a revista *Veja*, utilizou o critério moral – que descartava a necessidade de provas – preconceituoso e golpista diante do Governo Federal por meio da vinculação congênita à corrupção. Para o deputado federal, o jornalismo brasileiro era partidariado sob os ombros do PSDB e do PFL, aprofundado na crise e no caos institucional por meio da incompetência no convívio democrático, pois “essa imprensa só bate de um lado. Não queremos complacência da imprensa, nem imprensa chapa-branca; queremos, sim, que ela dê a todos a mesma oportunidade tanto a quem ataca como a quem se defende. É assim que deve agir a boa imprensa”.³⁴

Sob a justificativa de que a imprensa brasileira tentou vincular o PT à congênita corrupção sem direito à resposta, os deputados federais petistas lutaram implacavelmente contra a imprensa contrária ao Governo Federal. Em defesa da história do PT, a bancada dos senadores petistas se mostrou convicta da necessidade da CPI para solução dos problemas políticos.³⁵ O propósito da Comissão Parlamentar de Inquérito, para a oposição, se delimitou à garantia da agilidade no julgamento dos acusados, na liberdade do Congresso Nacional e da imprensa para as investigações.

As reações dos parlamentares petistas às denúncias de corrupção praticadas no Governo Federal, com o apoio às investigações, a apuração das denúncias, a instalação da CPI no Senado Federal, o afastamento e a punição dos envolvidos. As propostas dos deputados federais e dos senadores para combater a corrupção foram: fortalecimento dos partidos políticos, defesa das bandeiras históricas do PT, identificação da corrupção dentro do sistema político brasileiro, aproximação do Executivo com o Legislativo, reconstrução do partido por meio do compromisso ético e reaproximação com os movimentos sociais. A seguir, estas recomendações individuais serão apresentadas com o intuito de percebermos a multiplicidade de análises dos parlamentares.

³² Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 136, 12/8/2005, p. 38667.

³³ Deputado federal petista pelo estado de Pernambuco com três mandatos parlamentares até o ano de 2005 (1994, 1998 e 2002).

³⁴ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 97, 18/6/2005, p.26999.

³⁵ A bancada do PT no Senado, no ano de 2005, era composta por 13 senadores: Aloízio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Cristovam Buarque, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Paulo Paim, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Tião Vianna.

Para Paulo Delgado, o direito da dúvida sobre a ação dos políticos pela sociedade e pela imprensa brasileira era característica da democracia no país, e a crise política no Brasil poderia ser resolvida por meio do fortalecimento dos partidos políticos no Congresso Nacional. Para o deputado federal, os partidos políticos teriam a capacidade de apurar e explicar as irregularidades e os crimes de corrupção “e que o Poder Executivo tem sabedoria para pensar em legislações que impeçam a continuidade dessas práticas. Precisamos de leis rígidas, claras e simples, de tal forma que o cidadão passe a confiar na política e no político”.³⁶

Para Eduardo Suplicy, a defesa das bandeiras históricas do PT motivaria atos políticos com a presença de parlamentares e militantes partidários. A mobilização ressaltaria a luta pela ética na vida política brasileira, na administração pública e na crença na justiça, e pela correção dos erros partidários. O senador definiu as bandeiras históricas petistas como: “a luta pela democratização do Brasil, pelo aprofundamento e melhoria das instituições democráticas brasileiras, como a prática do orçamento participativo”.³⁷

Para Fernando Ferro, a imprensa e a oposição partidária tentaram eliminar o projeto político construído pelo PT, por meio da partidarização do jornalismo e do ataque diário ao Governo Federal, e não conseguiram analisar a corrupção como existente no sistema político brasileiro. Para o deputado federal, o Partido dos Trabalhadores estava identificando os políticos corruptos internamente, “mas o PT não é um partido corrupto. Tiraremos os nossos corruptos, e o partido continuará. Em outros partidos, se tirarem os corruptos, não restará nem sinal da legenda. Há uma diferença cultural no convívio com a corrupção”.³⁸

Para Paulo Paim, o erro do PT foi não ter se separado do Governo Federal após a eleição para presidente em 2002, o que feriu os valores e os ideais do partido. O Executivo errou por não dialogar com a base de apoio no Congresso Nacional, em uma atitude de desconhecimento e de negação dos partidos aliados, com seus projetos para a sociedade brasileira. Para o senador, o Governo Federal deveria aprimorar e valorizar a base de apoio e melhorar o diálogo com os parlamentares da situação e da oposição. A participação do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal deveria ter acontecido por meio do debate qualificado

³⁶ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 128, 2/8/2005, p. 35142.

³⁷ Diário do Senado Federal. 5/8/2005, p. 26646.

³⁸ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 146, 26/8/2005, p. 42275.

com o Executivo e com os partidos aliados e pela negativa a submissão das propostas governistas.

O PT errou, o Governo também errou. Somos o principal Partido da base do Governo, mas não somos o Governo.

Nosso Partido deveria ter dito: “Somos da base do Governo, sim, lutaremos pelos nossos pontos de vista dentro do Governo e acompanharemos tudo o que for possível no Governo. Mas, em relação a algumas questões – que são históricas bandeiras do PT –, continuaremos a defendê-las”.

Podemos ser um Partido da base sem nos negarmos a fazer uma discussão qualificada com o Governo e com a sua composição, que é muito ampla.³⁹

Para Adão Pretto, os atos de corrupção praticados no Governo Federal petista atingiram a imagem do partido e a confiança dos filiados e dos eleitores, por isso há necessidade da punição para os envolvidos e da limpeza no Congresso Nacional. Para o deputado federal, o envolvimento de petistas em casos de corrupção mostrou a traição e a morte da honestidade, da seriedade e da transparência defendidas pelo PT. A revisão e a reconstrução partidária seriam as soluções viáveis para a mudança da direção partidária nas eleições internas e da reafirmação do compromisso ético por meio da reaproximação com os movimentos sociais, “a luta em defesa do povo brasileiro, o compromisso com os movimentos organizados nas suas diversas formas tem de voltar a ser a diretriz do nosso partido”.⁴⁰

Os parlamentares petistas analisados tiveram dificuldades para reagir à crise do mensalão no ano de 2005. A publicação da entrevista de Roberto Jefferson na imprensa brasileira ocorrida em 6 de junho de 2005 e o primeiro discurso de um parlamentar petista propondo uma solução aconteceu no dia 2 de agosto de 2005. Um silêncio que durou dois meses e que mostrou a dificuldade nas decisões partidárias para solucionar um problema político. Os parlamentares que se posicionaram no plenário com propostas para a solução da crise do mensalão foram: Paulo Delgado, Eduardo Suplicy, Fernando Ferro, Paulo Paim e Adão Pretto, que mobilizaram diferentes argumentos para a solução dos problemas. Os deputados federais Virgílio Guimarães, João Paulo Cunha, José Pimentel, Carlos Santana e Paulo Rocha se calaram, se omitiram na defesa e no ataque a corrupção existente no Governo Federal.

A individualidade das propostas dos parlamentares petistas para a solução da crise mostrou a dificuldade de unidade na luta parlamentar contra as acusações da imprensa e da

³⁹ Diário do Senado Federal. 7/9/2005, p. 30372.

⁴⁰ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 159, 15/9/2005, p. 45243.

oposição na crise do mensalão. Na Câmara dos Deputados, as soluções foram propostas pelos deputados Paulo Delgado, Fernando Ferro e Adão Pretto. A crença no fortalecimento dos partidos políticos e na rigidez das leis por Paulo Delgado mostrou a existência e a aplicação da solução constitucional. O convívio com a corrupção pelos partidos políticos brasileiros mostrou que o PT teria a capacidade para identificar e punir os corruptos internos, segundo Fernando Ferro. A intolerância partidária foi defendida por Adão Pretto, com a limpeza, a eliminação e a proibição dos corruptos na política brasileira.

No Senado, Eduardo Suplicy e Paulo Paim sugeriram a defesa da ética e das bandeiras históricas e da revisão partidária diante da submissão e da falta de diálogo, de negociação e de entendimento com o Governo Federal. A crença nas bandeiras históricas do PT, pelo senador Suplicy, representada na luta pela democratização e pelo aprofundamento e pela melhoria das instituições democráticas limitou a solução da crise à democracia, que era suficiente para resolução dos problemas do país. Ainda mostrou uma restrição das propostas petistas às bandeiras históricas do PT, que não se limitaram à democracia. A crença nos erros partidários e governistas mostrou que a submissão do PT aos objetivos do Governo Federal não contribuiu para atuação do partido no Congresso Nacional. Se submeter às definições políticas governistas representou a fragilidade da autonomia do projeto político do Partido dos Trabalhadores para o país. A solução para a crise interna no partido era a necessidade de entendimento entre o Governo Federal, o PT e o Congresso Nacional, para que houvesse a separação dos objetivos de cada ator político e que pudessem expressar os seus projetos para o país.

Enfim, a análise dos discursos dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores e das resoluções de encontros e congressos do PT nos casos do Colégio Eleitoral e do mensalão se mostrou profícua nos seguintes pontos: a atividade partidária desenvolvida nas instituições políticas e praticada no plenário do Congresso Nacional foi importante para a divulgação, a definição e a construção da concepção de política e da sociedade de cada partido político; a constituição e a demarcação política da atuação petista aconteceram por meio da luta parlamentar; as orientações partidárias e os discursos proferidos em plenário podem ser coincidentes, contraditórios ou complementares quando colocados em prática.

O Partido dos Trabalhadores durante o ano de 1983, 1984 e 1985, lutando contra o Colégio Eleitoral, delimitou sua ação para as soluções institucionais existentes no regime militar: exigir as eleições diretas para que o “trabalhador” tivesse o direito de escolha do

presidente. O partido corroborou sua inserção institucional ao valorizar o elemento político e as eleições como método para disputa do poder político nacional. As resoluções do PT sobre ir ao Colégio Eleitoral mostraram a opção política tomada pelo partido, em que a instituição militar teve um método espúrio na política, por causa da eleição indireta e da exclusão da classe trabalhadora pelas elites. Politicamente o PT, ao inserir-se nas lutas institucionais, iniciou um processo político de reconhecimento do *status quo* e da conquista dos espaços legítimos para atuação partidária que favorecesse os “trabalhadores”, em meio a transição política. O PT se constituiu como ator político na década de 1980, construiu sua orientação partidária e colocou em prática, no Parlamento e na sociedade, uma política com foco definido: a defesa das liberdades democráticas, das melhores condições de vida e trabalho e da questão nacional direcionada para os “trabalhadores”.

Nos anos 2000, especificamente entre os anos de 1999 e 2006, o Partido dos Trabalhadores defendeu o entendimento como método de luta parlamentar que envolveu os partidos políticos, o Governo Federal e a sociedade brasileira em negociações e diálogos para a solução dos problemas do país, como a crise do mensalão. A inclusão de todos na definição de um projeto político para o país mostrou que, em tese, todos teriam suas reivindicações defendidas, respeitadas e solucionadas. A luta institucional determinou os limites legais das mudanças defendidas pelo PT na solução dos problemas da sociedade brasileira e representou à opção do governo e dos parlamentares petistas dentro da legalidade constitucional, que levou ao distanciamento da luta social, que ficou mais autônoma em relação aos poderes instituídos.⁴¹

⁴¹ Os autores que trabalharam com a concepção de mutação do Partido dos Trabalhadores foram: AMARAL, Oswaldo. *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Editora Garçoni, 2003. AMARAL, Oswaldo. *As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010. POMAR, Valter Ventura da Rocha. *A metamorfose: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Um Partido em Mutação: a transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989, 2002)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004B. RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (orgs.). *As esquerdas no Brasil – Revolução e democracia (1964-...)*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540.

A relação entre Executivo e parlamentares do PT na prática democrática mostrou o apoio dos deputados federais e dos senadores às políticas públicas defendidas pelo Governo Federal petista. A má qualidade das instituições, a intolerância da oposição na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a corrupção dos políticos e o distanciamento dos movimentos sociais pelo PT foram as dificuldades políticas enfrentadas pelos parlamentares petistas. A reação subjetiva dos deputados federais e dos senadores do Partido dos Trabalhadores para a solução da crise do mensalão representou a dificuldade de definição de propostas em defesa do partido, do Governo Federal e dos próprios parlamentares petistas.

O caso de expulsão dos parlamentares no episódio do Colégio Eleitoral foi uma imposição da decisão partidária e de combate à autonomia parlamentar sobre a transição política; já na CPI no ano de 2005 não houve expulsão de parlamentares porque a direção nacional do PT foi incapaz de decidir uma orientação partidária, o que motivou a autonomia parlamentar. Ao não punir os seus parlamentares por terem votado favoravelmente à instalação da CPI para investigação da má gestão de empresas públicas e dos casos de corrupção, o Partido dos Trabalhadores se mostrou fragilizado diante das medidas partidárias que perpassaram desde o primeiro encontro nacional (no ano de 1981) até o décimo terceiro (no ano de 2006).

A fragilidade partidária, a autonomia parlamentar e as práticas governistas do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva mostraram como cada instância dentro do partido atuava de forma independente. A submissão existente entre a direção e o Governo Federal e o esvaziamento das decisões da direção nacional do PT podem ser argumentos que mostram a fragilidade deste órgão de poder. A autonomia parlamentar, tão criticada em resoluções partidárias, agora começou a ser praticada explicitamente, principalmente por parlamentares que já tem uma carreira no Legislativo nacional. A atuação governista sem vínculos e sem diálogo com os deputados federais e os senadores e os movimentos sociais e sindicais explicitam como o Governo Federal agiu de forma autônoma na execução de políticas públicas no período entre 2003 e 2006.

Na prática, os deputados federais e senadores do PT se afirmaram como atores políticos autônomos com poucos vínculos com a direção partidária e com o Governo Federal, e a direção nacional do partido, que em 1984 se mostrou forte para expulsar deputados federais, no ano de 2005, se fragilizou ao não definir uma orientação para os militantes em um momento extremamente importante no cenário político do país.

Artigo recebido em janeiro de 2017. Aprovado em julho de 2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 223-249.

AMARAL, OSWALDO. **As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010.

AZEVEDO, Fernando Antônio. O PT, a imprensa e as coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. p. 219-238.

BRANDÃO, Marco Antônio. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)**. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2003.

COSTA, João Bosco Araújo. **O imaginário político do Partido dos Trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o poder local**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

DIMENSTEIN, Gilberto (org.). **O complô que elegeu Tancredo**. Rio de Janeiro: JB, 1985.

FLEISCHER, David. A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. p. 239-271.

GRINBERG, Lúcia. **Arena – partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (1965-1979)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KECK, Margareth E. **PT: A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MAIA, João Marcelo Ehlert. As armadilhas da moralidade: o PT e a República. **Desigualdade & Diversidade (PUCRJ)**, v. 1, p. 83-97, 2007.

MELO, Ana Lúcia Aguiar. A Ação Política do Partido dos Trabalhadores e a Busca do Equilíbrio. **Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, v. 11, n. 2, p. 47-60, 1998.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores**. Belo Horizonte: PT, 1999.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: PT/FPA, 2006.

POCOCK, John G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. **A metamorfose: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RANINCHESKI, Sônia; CORDEIRO, Nathália R. Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na Câmara dos Deputados do Brasil. **Revista Debates** (UFRGS), v. 2, p. 213-244, 2008.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (orgs.). **As esquerdas no Brasil – Revolução e democracia (1964-...)**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540.

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SANTOS, Roberto Ramos. Estado autoritário e processo eleitoral brasileiro (1974-1985). **Textos e Debates** (UFRR), v. 1, p. 51-59, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.